TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano II – nº 15 – Outubro de 2002

Projetos sociais facilitam a vida dos cidadãos

Um número elevado de projetos que repercutem diretamente na sociedade foi apresentado, este ano, na Assembléia Legislativa. São matérias como as que garantem meia-entrada em eventos culturais para professores, criam mecanismos para bloquear informações pornográficas na Internet ou possibilitam a integração da pessoa deficiente física à sociedade (foto abaixo).

Pág. 4 e 5

FERNANDO FERREIRA



Homenagem aos Expoentes

CARLOS OLIVEIRA



A Assembléia Legislativa concedeu, no último dia 25, o título Expoentes de Pernambuco em homenagem a 16 personalidades que contribuem para as mais diversas áreas no Estado. **Pág. 8**

FERNANDO FERREIRA



O Coral Vozes de Pernambuco, dos servidores da Alepe, apresentará músicas de autores pernambucanos. **Pág. 6**

Escola do Legislativo recebe ISO 9002

Depois do setor administrativo, agora é a vez de a Escola do Legislativo receber a certificação ISO 9002, o que representa mais um passo em direção à busca da qualidade total na Assembléia Legislativa. A Escola foi aprovada em todos os itens pela empresa certificadora ABS. Os outros setores que já receberam o título preparam-se, agora, para a auditoria de manutenção.

Pág. 7

EDITORIAL

Em defesa dos interesses da sociedade

Há muitas queixas e protestos sobre a quantidade de leis que visam ordenar as ações do Estado e da sociedade brasileira. As críticas e questionamentos têm como base a constatação ou suposição de que existem leis para tudo, poucas são cumpridas ou pecam pela falta de precisão e objetividade. De forma direta ou indireta, tal aspecto seria marcante, inclusive na Constituição Federal e dos Estados, com dispositivos e normas que não são observados ou dependem de regulamentação.

Dentro dessa visão, vários segmentos da sociedade vêm exigindo mudanças na legislação, redução do excesso de leis, decretos e regulamentos. As reivindicações visam aperfeiçoar os mecanismos reguladores da ordem econômica, política e social do País, de Estados e municípios. A rigor, a sociedade quer clareza e eficácia dos dispositivos legais, de sorte a consagrar as obrigações e os direitos, que não devem persistir como definições ou intenções dependentes de complemento ou de recursos.

Nesse sentido, a Assembléia Legislativa está atenta ao clamor da maioria da população, aos reclamos de suas lideranças e vem agindo para assegurar direitos e configurar obrigações. Disso é exemplo o projeto do deputado Romário Dias (PFL) que assegura às pessoas com deficiência locomotora a matrícula em escolas públicas próximas a sua residência, bem como facilidades de acesso e atividades esportivas adequadas.

Nessa mesma linha, projeto do deputado Ulisses Tenório (PTB) estabelece que 30% das vagas dos cursos de graduação das universidades públicas sejam reservadas para deficientes, enquanto proposta do deputado Eudo Magalhães (PPB) sugere que 10% do quadro funcional do serviço público seja assegurado a deficientes físicos.

Os deficientes visuais, por sua vez, serão beneficiados por projeto do deputado João Negromonte (PMDB) que prevê a utilização de cães-guias para ajudar na sua locomoção. As pessoas carentes também serão beneficiadas com mais uma ação da Assembléia, através de projeto do deputado Jorge Gomes (PSB) que busca garantir a transferência para a rede privada de pacientes do SUS que não encontrem, em situação de emergência, vagas nas UTIs dos hospitais públicos.

Além disso, projetos dos deputados Gilvan Costa (PTN) e Israel Guerra (PSDB) sugerem medidas para restringir o acesso de menores a sites violentos ou pornográficos e o fornecimento de extratos de gastos de telefones pré-pagos, de forma a controlar os excessos que prejudicam a juventude e o conjunto da sociedade.

As medidas visam adequar a legislação, assegurar o exercício pleno do direito de cidadania, pois tornam lei, obrigação e direito as definições e intenções que reclamam clareza para atender aos anseios sociais.

ARTIGO

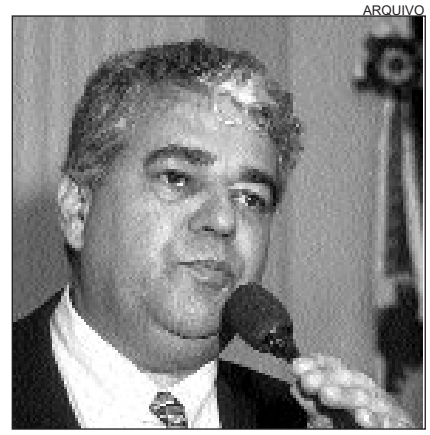
Relançamento do Proálcool

*Antônio Moraes **

Ultimamente, temos observado que o entusiasmo dos pernambucanos vem se elevando cada vez mais, no que diz respeito às questões socio-econômicas do nosso Estado. Portanto, queremos nesta Casa trazer o foco para um tema do maior interesse para Pernambuco, que é o possível relançamento do Proálcool. Sabemos da grande importância que a economia canavieira representa para a Zona da Mata do nosso Estado.

Assim é que defendemos intransigentemente o cultivo da cana-de-açúcar e a agroindústria sucroalcooleira, como defendemos também que seja adotada uma política de diversificação para a monocultura, atualmente empregada na quase totalidade das terras da Zona da Mata Norte.Estudos técnicos e a própria prática comprovam que aquela região tem vocação para explorar outras culturas, além da cana-de-açúcar, a exemplo do café, do milho, do feijão, da banana, do pimentão, do inhame, da batata-doce, da cebola etc.

ARQUIVO



Mas nem por isso deixaremos de almejar a reativação do Proálcool, que certamente será uma solução, não somente para o problema energético, como também melhoraria a pressão sobre divisas e a qualidade do meio ambiente (energia limpa). E o programa ainda geraria postos de trabalho com muito menos investimento do que ocorre na petroquímica, na metalurgia e nos bens de capital.

Recentemente, Antônio Ermírio de Moraes escreveu: "A cana-de-açúcar é uma verdadeira usina de empregos". Além de abastecer o mercado interno, o álcool pode ser exportado, com vantagem, para outros países. O Brasil pode plantar e colher cana o ano inteiro, ora em uma, ora em outra região.

Mais uma vez, queremos dar o nosso testemunho de fé nos grandes destinos de Pernambuco. E não poderíamos deixar de destacar aqui, dentre muitos, as figuras de dois grandes políticos pernambucanos que muito têm feito para soerguer, de uma vez por todas, o setor econômico do nosso Estado.

Referimo-nos ao vice-presidente da República, Dr. Marco Maciel, e ao governador Jarbas Vasconcelos.

O primeiro conseguiu junto ao Governo Federal, que fosse editada uma medida provisória regulamentando o pagamento da equalização aos produtores de cana-de-açúcar do Nordeste, o que irá injetar na economia pernambucana a cifra de R$ 400 milhões. E o segundo esteve nos Estados Unidos e assinou convênio com o BID, a fim de que o Promata possa investir R$ 190 milhões para reestruturar uma grande quantidade de municípios nas regiões da Mata (Norte e Sul) e do Agreste.

São medidas como essas que nos levam à convicção da retomada do Proálcool, um programa nacional que provou ser acertado e que, conseqüentemente, irá dar um grande impulso na nossa economia.

Ademais, o Governo Jarbas já provou há muito tempo que não ficou apenas nas palavras e partiu para as ações, para a decisão política, resgatando Pernambuco econômica e socialmente, governando e administrando o nosso Estado com muita competência e democraticamente.

** Deputado Estadual pelo PSDB*

EXPEDIENTE

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Divisão de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Afonso Ferraz; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Antônio Mariano; **3º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Secretário**, Deputado Jorge Gomes. **Diretora do Departamento de Comunicação Social:** Christianne Alcântara **Assessora-adjunta:** Cláudia Lucena.**Chefe da Divisão de Imprensa:** Marconi Glauco. **Editora:** Ana Lúcia Lins. **Redatores:** Antônio Azevedo, Nagib Jorge Neto, Natália Tavares, Pedro Marins. **Estagiários:** Fernanda Rodrigues e Izabel Melo. **Revisão:** Cláudia Lucena e Marconi Glauco. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Fotógrafos:** Breno Laprovitera, Fernando Ferreira, Moisés Barbosa e Roberto Soares. **Tratamento de imagem:** Carlos Oliveira. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368/3221-9375. Fax 3221-9357. PABX 3217-2211. **E-mail:** *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

Nosso endereço na Internet *http://www.alepe.pe.gov.br*

MUDANÇA

Comissão aprova reforma do Regimento

Depois de ter aprovado o seu Código de Ética, em abril passado, a Assembléia Legislativa avança, mais uma vez, ao aprovar a reforma do Regimento Interno. De acordo com o relator do projeto na Comissão Especial que analisa a matéria, deputado Ranilson Ramos (PPS), a reforma do Regimento irá aproximar ainda mais o Legislativo estadual da sociedade. O próximo passo será encaminhar a proposta para apreciação na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e, em seguida, para votação em Plenário, prevista para acontecer ainda este ano.

A reforma do Regimento tem o objetivo de atualizar as regras de funcionamento da Casa. A última revisão foi feita em 1991 e, segundo o ex-deputado Eduardo Araújo, que participou da elaboração do anteprojeto, cinco regimentos de Legislativos foram usados como modelos, entre eles os de Minas Gerais e São Paulo. Entre as mudanças previstas estão a criação da Comissão Permanente de Ética Parlamentar, que será a 13ª Comissão Permanente da Assembléia; a depuração técnica dos prazos para o trâmite legislativo; e o disciplinamento dos critérios para abertura de Comissões Parlamentares de Inquérito - CPIs.

CARLOS OLIVEIRA



O objetivo da reformulação é atualizar as regras de funcionamento da Alepe

Durante a elaboração do relatório, o deputado Ranilson Ramos contou com o apoio do ex-procurador-geral da Alepe Sílvio Pessoa Filho, da diretora do Departamento de Assistência Legislativa, Ana Olímpia, e do assessor jurídico da Comissão Especial, Eduardo Pugliesi.

O presidente da Comissão Especial que discutiu a reforma do Regimento e a criação do Código de Ética, deputado Gilberto Marques Paulo (PSDB), lamentou o fato de as duas matérias ainda não terem sido apreciadas em Plenário. "Torço para que, após a eleição, a Casa dê ênfase especial a essas duas importantíssimas matérias, que têm como objetivo precípuo o redirecionamento das ações éticas e regimentais da Assembléia Legislativa", defendeu o parlamentar.

TRANSPARÊNCIA

Mesa Diretora vai prestar contas à sociedade

A partir de agora, a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa terá como rotina, ao final da gestão, a cada dois anos, apresentar relatório com o balanço das atividades desenvolvidas no mandato. A novidade, prevista na Resolução no. 583 (11/09/02), é mais uma iniciativa da atual administração da Casa, visando garantir a transparência institucional.

Caberá ao Departamento de Comunicação Social da Alepe editar as matérias e fotos do relatório, que será apresentado em dezembro. O documento vai reunir todas as ações da Mesa Diretora, no biênio 2001/2002.

E foram muitas as atividades realizadas no período: preservação da memória do Legislativo estadual; investimento na área de comunicação social; aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Poder, por meio do Programa da Qualidade; valorização de pessoal com cursos de capacitação e treinamento; e modernização dos diversos setores da Casa.

Na comunicação, por exemplo, a TV Assembléia está transmitindo as Reuniões Plenárias ao vivo, pela TV Cabo Mais, com cobertura também da TV Universitária, através do Programa Quorum. No que diz respeito à preservação da memória do Legislativo, a Mesa Diretora lançou o Perfil Parlamentar- Século XX, que reúne 22 livros biográficos de ex-parlamentares da Assembléia Legislativa.

Este ano, a Alepe também publicou uma obra sobre a presença feminina no Legislativo pernambucano e, em 2001, promoveu concurso de monografia sobre o ex-parlamentar Pereira da Costa. Outro projeto relacionado à memória, os Ícones Pernambucanos, está em andamento e garantirá a edição de livros sobre esportes, artes plásticas, cinema, literatura, música e artesanato.

O presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL), destaca a importância do relatório "como um instrumento para que a população conheça as atividades dos legisladores e possa valorizar a atuação dos parlamentares".

Em foco, as principais modificações do RI

Criação da Comissão Permanente de Ética Parlamentar - Será formada por sete deputados escolhidos através de votação em Plenário. Entre eles, será indicado um parlamentar - o ouvidor - para receber informações e documentos relativos às condutas que possam ser interpretadas como reprováveis por parte dos deputados. As denúncias dos cidadãos serão apresentadas ao ouvidor, por escrito, sendo vedadas as denúncias anônimas.

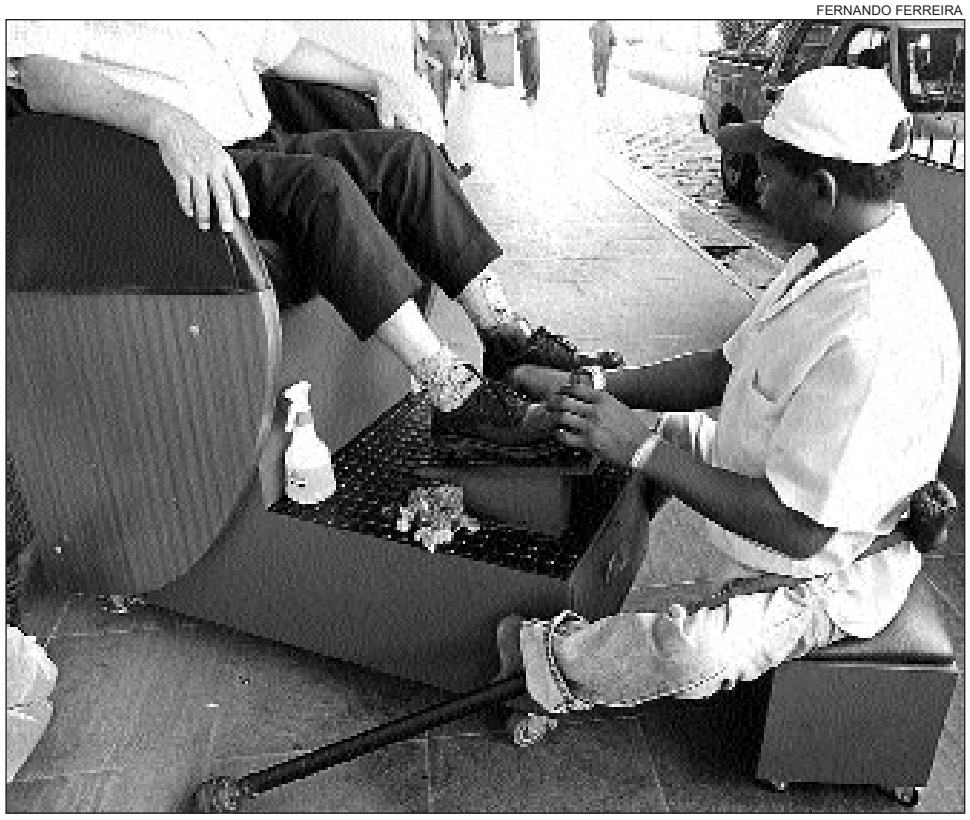
Alterações no trâmite legislativo, nas CPIs, na apresentação de projetos e Comissão de Ética estão entre as mudanças do Regimento Interno

Depuração técnica dos prazos para o trâmite legislativo - Atualmente, os prazos previstos são contados de acordo com o número de Reuniões Plenárias. Passam a ser explicitados os casos em que serão contados em dias corridos ou Reuniões Plenárias.

Disciplinamento das CPIs - De acordo com o Regimento em vigor, o pedido de instauração de uma CPI deve ser feito através de ofício, determinando o fato que deve ser apurado. Com a mudança, deve constar no ofício o esclarecimento do fato, sua relevância e o prazo de validade para a apuração. Além disso, antes de ser julgado em Plenário, passará pela Comissão de Justiça, a fim de obter o parecer de legalidade.

Sugestão de projetos - A população também poderá apresentar projetos de lei. Para isso, as propostas deverão ser formuladas através de abaixo-assinado. O número de assinaturas deverá ser correspondente a 1% do eleitorado, distribuído em pelo menos um quinto dos municípios do Estado.

FERNANDO FERREIRA



A integração do deficiente físico à sociedade é o objetivo das matérias

Leis asseguram direitos dos deficientes físicos

Quatro projetos de lei em tramitação na Casa pretendem ampliar a integração da pessoa portadora de deficiência física, locomotora e visual no contexto socioeconômico e cultural. Para aqueles que têm deficiência locomotora, fica assegurada a matrícula nas escolas públicas próximas a sua residência, de acordo com o Projeto nº 873/2001. De autoria do deputado Romário Dias (PFL), a proposta ainda obriga as instituições de ensino a adaptar-se às necessidades de locomoção do estudante, instalando-o em salas de aula de fácil acesso. Além disso, as escolas deverão oferecer atividades esportivas adequadas a esses alunos.

Diversos parlamentares apresentaram projetos que beneficiam as pessoas portadoras de deficiência física

Outra proposta estabelece um percentual de 3% das vagas nos cursos de graduação oferecidos pelas universidades públicas estaduais para essas pessoas. Segundo o autor do Projeto nº 749/2001, deputado Ulisses Tenório (PTB), "as universidades estaduais deverão, o mais urgente possível, democratizar a forma de acesso aos cursos de graduação".

Nas empresas concessionárias de serviço público também fica previsto, através de outro projeto, que 10% do quadro funcional seja destinado a portadores de deficiência física, levando em consideração a habilidade e capacitação profissional de cada um. De acordo com o autor da proposta, deputado Eudo Magalhães (PPB), "a aplicação do projeto resgata a dignidade do trabalhador deficiente físico e consagra os valores sociais do trabalho, contidos no artigo 1º da Constituição do Estado".

Para auxiliar os deficientes visuais em sua locomoção, o deputado João Negromonte (PMDB) elaborou um projeto que estabelece regras para criação de cães-guias, obedecendo às normas de segurança e saúde. O animal deverá ter um registro com nome, data de nascimento e vacinas, na Companhia Independente de Policiamento de Cães de Pernambuco, para ter acesso a prédios públicos, centros comerciais, templos religiosos, entre outros lugares. De acordo com o parlamentar, "a criação desses animais será disciplinada de forma a não ferir os direitos dos cidadãos".

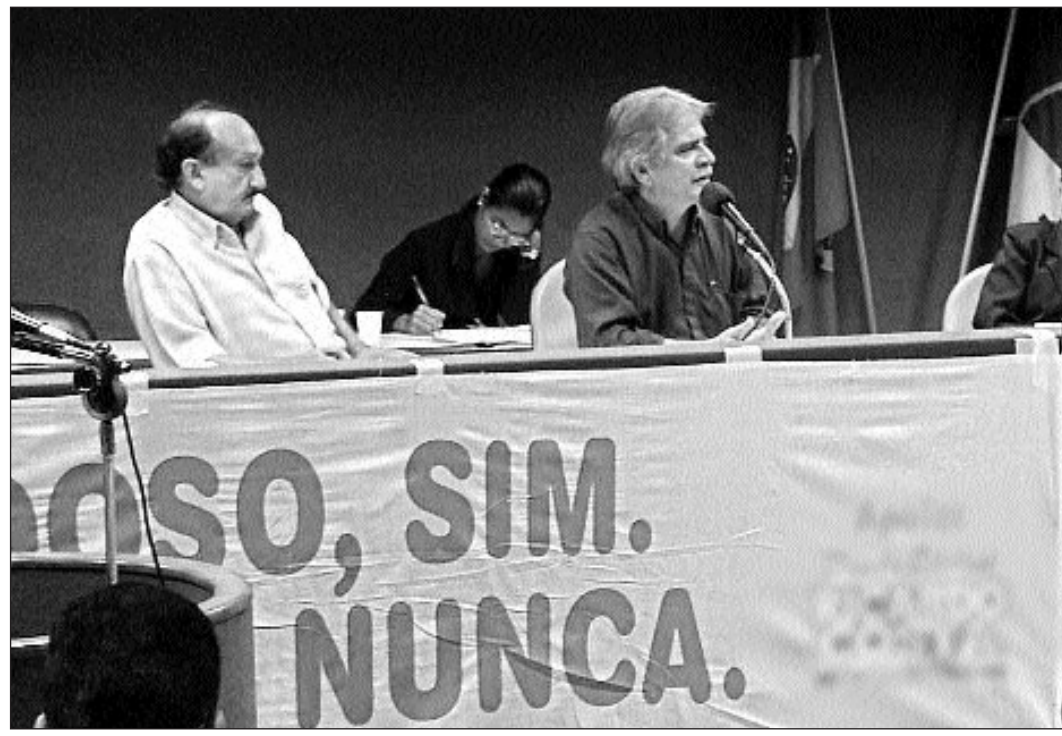
CIDADANIA

Alepe aprova beneficiam

Renata Rodrigues e Juliana Farias
Especial para o **Tribuna Parlamentar**

Preocupados em criar leis que melhorem as condições de vida da população pernambucana, os deputados estaduais têm apresentado diversas propostas ligadas a temas sociais. Somente este ano, os parlamentares que integram a Assembléia Legislativa já apresentaram 28 projetos, entre os de cunho social, educacional ou de defesa da cidadania. No ano passado, foram 39, boa parte deles já discutida e votada, inclusive com a participação de segmentos específicos da sociedade nas audiências públicas realizadas com a intenção de debater e dar mais subsídios aos deputados.

Este ano, um dos principais projetos aprovados pela Casa garantiu aos professores das redes pública e privada a meia-entrada em eventos culturais no Estado. A proposta, do deputado Gilvan Costa (PTN), assegura à categoria 50% de desconto no ingresso cobrado em todos os estabelecimentos que proporcionem espetáculos musicais, teatrais, cinematográficos ou atividades sociais recreativas. Para usufruir desse benefício,



Audiências públicas, como a que debateu a questão do idoso, têm sido um fórum para d

Algumas matérias ai

Filtros de conteúdos em provedores de Internet para restringir o acesso de menores a sites violentos ou pornográficos, fornecimentos de extratos de gastos com linhas telefônicas pré-pagas e a criação de uma central de leitos de UTIs no Estado são alguns dos projetos de lei ainda em tramitação na Casa, também voltados para o dia-a-dia do cidadão.

Para disciplinar o uso da Internet pelos menores de idade, o deputado Gilvan Costa (PTN) apresentou o projeto que obriga os provedores da rede mundial de computadores do Estado a disponibilizar filtros para os usuários. "O objetivo da proposição é dar instrumentos aos pais e responsáveis para restringir o que consideram inadequado na Internet para os jovens sob sua responsabilidade", justificou o parlamentar.

Os usuários de telefone celular pré-pago receberão extrato mensal com seus

projetos que a sociedade

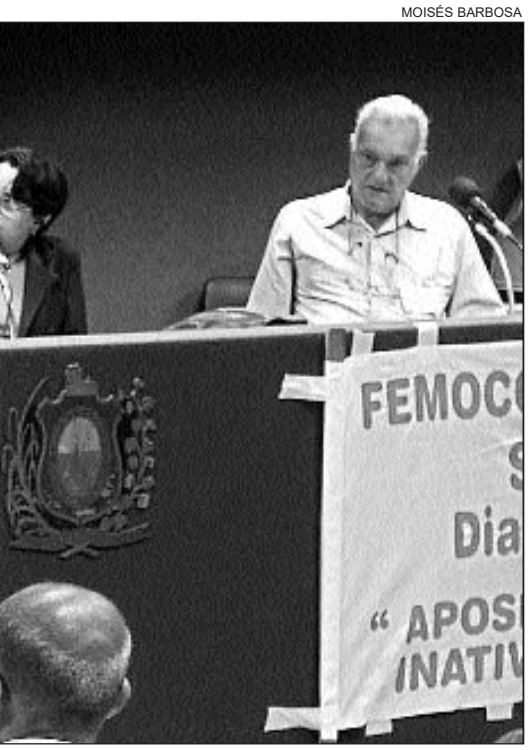
os professores devem apresentar a carteira funcional emitida pela Secretaria de Educação do Estado.

Segundo o autor da lei, "a medida será benéfica não só aos professores, mas também ao ensino de um modo geral, já que facilitará o acesso dos docentes à cultura e à atualização permanente". "Ao apresentar esse projeto, pensamos em contribuir com a classe do magistério, que tem sido uma das mais injustiçadas, ao longo dos anos. O professor, por necessidade de bom desempenho em sua função de formador das novas gerações, deve estar sempre bem informado. Mas essa atualização tem ficado cada vez mais difícil, pela impossibilidade de ter acesso a livros e a eventos culturais, principalmente por questões econômicas", afirma Costa.

Uma outra lei já promulgada pela Casa determina o tempo de espera nas filas de agências bancárias. A medida, já adotada em cidades como Recife e Olinda, visa garantir ao cidadão um atendimento mais ágil nos bancos em todo o Estado. A lei é de autoria do líder da Oposição, deputado José Queiroz (PDT), e prevê multa e suspensão das atividades para os estabelecimentos que descumprirem o tempo máximo para atendimento, de até 15 minutos, em dias normais, ou até 30, em véspera de feriados ou dia de pagamento de servidores.

"Essa é uma iniciativa de grande alcance social, pois objetiva humanizar o atendimento à clientela, restabelecendo o respeito à cidadania. O sistema bancário tem experimentado um alto grau de automação, que levou a uma redução drástica do número de funcionários, causando demora no atendimento e a formação de longas filas. Assim, faz-se necessária a interferência do Estado para preservar os direitos humanos e do consumidor, protegendo uma parcela da população que clama contra esse abuso", justificou o autor. Muitas outras propostas estão em tramitação na Casa e aguardam pareceres para chegar ao Plenário, entre elas, algumas visam a melhorias nas condições de vida dos deficientes.

MOISÉS BARBOSA



scussões sobre os problemas da sociedade

nda estão tramitando

gastos, de acordo com a proposta do deputado Israel Guerra (PSDB) que obriga as empresas a prestar esse serviço. Além de possibilitar o controle dos gastos, o cadastramento dos usuários e o registro das ligações feitas trarão maior segurança ao sistema de defesa social do Estado, que, legalmente, poderá solicitar a quebra do sigilo telefônico do dono da linha, quando necessário.

E, para possibilitar a transferência de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) à rede privada, será criado um banco de dados no qual constarão as mais diversas informações sobre os leitos da rede privada, segundo o projeto de lei do deputado Jorge Gomes (PSB). "Através de um único número de telefone, a população poderá saber quais as UTIs disponíveis na rede pública. Essa é uma das propostas do projeto", informou Gomes.

OPINIÃO POPULAR

FERNANDO FERREIRA



Discriminação das contas de celular pré-pago

Cláudia Sena, estudante de psicologia

"Acho esse projeto interessante porque, hoje, você não sabe quantos minutos usou, se o valor determinado pela empresa é o que você gastou. Se tivéssemos as ligações discriminadas, seria bem melhor. Além disso, as empresas teriam que guardar as informações dos usuários, evitando a utilização dos telefones pré-pagos para cometer crimes como seqüestros."

Meia-entrada para professores

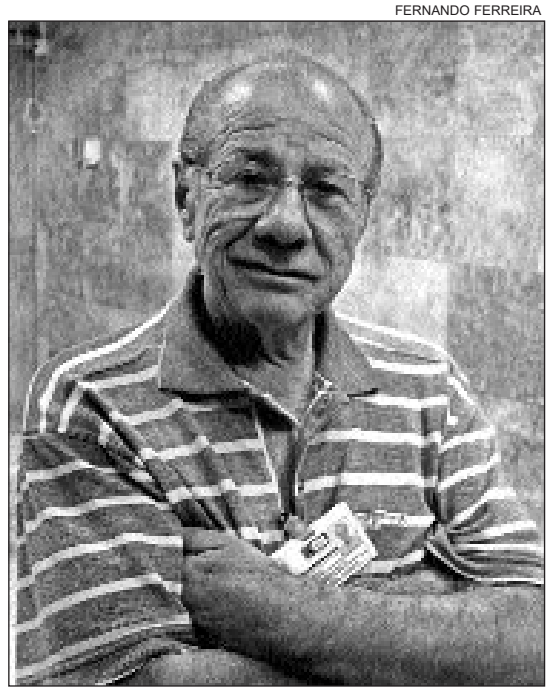
Carlos Antônio Vasconcelos, professor de rede estadual e sindicalista

"Ao analisarmos a situação de dificuldade em que se encontram os trabalhadores de educação, a meia-entrada, como a lei está prevendo, beneficia o professor. Somos a favor de qualquer medida que beneficie o trabalhador, mas, antes de tudo, lutamos para que ele tenha melhores salários e condições de pagar pelo seu ingresso. Mas a proposta é muito bem-vinda. Eu mesmo já estou atrás da minha carteirinha."

FERNANDO FERREIRA



FERNANDO FERREIRA



Redução de tempo de espera nas filas de bancos

Fernando Coelho Damatta, servidor público

"Acho muito boa a iniciativa da lei, mas temo pelo não-cumprimento por parte dos bancos. Como eles procuram ter o máximo de lucro possível e, para se adaptar às exigências, terão que contratar mais funcionários, aumentando assim o custo operacional, não acredito que se interessem em aumentar suas despesas para se adaptar à lei".

INTERNET

Perfis estarão disponíveis na Biblioteca Virtual da Alepe

Através de um convênio firmado com a Fundação Gilberto Freyre, os 22 livros da coleção Perfil Parlamentar-Século XX e o livro Presença Feminina estarão disponíveis na Biblioteca Virtual. Dessa forma, a Internet vai permitir o acesso de um número maior de pessoas à vida e obra de parlamentares pernambucanos do século passado, assim como à história das mulheres que integraram o Legislativo no mesmo período. No próximo mês, a página estará no ar, dentro do site da Alepe.

Com o objetivo de esclarecer o usuário, a página conta a história da Assembléia e de Pernambuco no século XX. Para tornar o site mais informativo, a coordenadora de texto, Lêda Rivas, situou os personagens no tempo. "Entender a vida e a obra desses agentes da história fica mais fácil quando situados numa determinada época", explica. Os volumes também foram enriquecidos com o acréscimo de dados cedidos por familiares e outras fontes de pesquisa. Ao ler qualquer uma das obras, o leitor encontrará links, no próprio texto, com novas informações. "Se um autor faz referência à Inquisição, clicando na palavra, aparece uma janela explicando o termo", declara Rivas. Segundo ela, as organizadoras criaram mais de 450 links de referências paralelas. "A digitalização dos volumes permite o acréscimo infinito de dados, aprimorando a obra do autor do livro", complementa a responsável técnica pela página, Jamile Barbosa.



Os 22 Perfis Parlamentares estarão no site da Alepe, em novembro

De acordo com Jamile e Lêda Rivas, navegar no site será uma tarefa muito fácil. Na primeira página estão os tópicos: História de Pernambuco, História da Assembléia e Perfil Parlamentar. Clicando em algum deles, o leitor encontra os textos. Quando o pesquisador, estudante ou usuário interessado no assunto acessar a página, poderá ler os livros na íntegra.

BRENO LAPROVITERA



Lêda (e), Jamile e Mônica compõem a equipe técnica que elaborou o site

A leitura pode ser feita seguindo a ordem dos capítulos, ou aleatoriamente. Ao entrar na página do exemplar, o internauta tem cinco opções de escolha: o item texto, onde encontra a transcrição exata da obra; áudio, com discursos do parlamentar e canções da época; fotos, com várias fotografias dos políticos; vídeo, com imagens do personagem; e, se a intenção for possuir a obra, a opção PDF permite a impressão do livro. O mais importante é que todos os programas para realizar essas etapas são gratuitos e acessíveis a qualquer pessoa.

O site tem uma apresentação gráfica leve, com cores e ilustrações simples, tornando o visual agradável. Segundo Jamile Barbosa, o objetivo é fazer o leitor descobrir novas informações à medida que navega. As responsáveis pela criação tomaram o cuidado de não fazer referência a partidos políticos. "Quando fomos colorir o site, decidimos optar pelas cores da bandeira de Pernambuco, sem indicar nenhuma afinidade política", diz a organizadora gráfica, Mônica Lira.

VANTAGENS - Para manter uma biblioteca física, é necessário um investimento permanente na manutenção dos volumes. Conservar dez mil livros, por exemplo, requer dois ou três bibliotecários, armários e estantes de aço e um arquivo computadorizado para facilitar a consulta. Um acervo virtual tem um custo menor, por não exigir muita manutenção. E as ferramentas de busca disponíveis na Internet possibilitam uma pesquisa mais completa, como a dos links de referência encontrados na Biblioteca Virtual da Alepe.

O local da consulta pode ser escolhido pelo pesquisador, de acordo com a sua conveniência. A digitalização, por sua vez, protege o acervo da ação do tempo, que desgasta as páginas dos livros. "Uma vez digitalizado, o livro fica imortalizado", afirma o superintendente-geral da Fundação Gilberto Freyre, Gilberto Freyre Neto.

CULTURA

Mesa Diretora lança coral e prêmios culturais

Com o objetivo de valorizar os servidores do Legislativo e incentivar a manifestação da cultura pernambucana, a Assembléia Legislativa criou o Coral Vozes de Pernambuco e instituiu prêmios culturais nas categorias conto, poesia, pintura, mídias contemporâneas, gravura e desenho. A primeira apresentação do coral já está agendada para dezembro, e a premiação concederá R$ 1.500 a cada um dos vencedores nas diversas categorias culturais.

"Há muitas pessoas na Assembléia que têm as mais diversas habilidades. Elas só precisavam de uma oportunidade para divulgar esses dons. Agora, têm a chance de serem reconhecidas", ressaltou o primeiro-secretário, deputado João Negromonte (PMDB).

Nos primeiros dias de implantação, o Coral Vozes de Pernambuco já mostrou que veio para ficar. A exemplo dos Legislativos do Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina, os servidores aderiram à iniciativa e fizeram os primeiros testes que indicaram a percepção musical de cada um. A idéia do maestro José da Cunha Beltrão Júnior é que o coral - com 40 vozes - cante apenas músicas de compositores pernambucanos.

O Prêmio Cultural, por sua vez, destacará os talentos dos servidores em diversas categorias. Independentemente de serem selecionados, todos os trabalhos ficarão expostos na Alepe. "Essa Mesa Diretora tem buscado valorizar nossos recursos humanos, desenvolvendo uma política que visa à integração", assinalou o presidente, deputado Romário Dias (PFL).

MOISÉS BARBOSA



Beltrão: repertório pernambucano

QUALIDADE

Escola está apta para receber ISO 9002

Seguindo os passos da área administrativa da Assembléia Legislativa (Alepe), que recebeu, em maio passado, a certificação ISO 9002/94, a Escola do Legislativo de Pernambuco Professor José Joaquim de Almeida também está credenciada a ganhar o título em reconhecimento à qualidade da sua prestação de serviços. É a primeira escola do tipo indicada a receber o certificado.

A confirmação do atendimento das condições para receber a certificação ocorreu no último dia 16 de setembro, quando a auditora da ABS Quality Evaluation, Ana Carolina Nunes Oliveira, anunciou que todos os 19 requisitos das normas da ISO foram preenchidos sem nenhum desvio.

"Todos os setores tiveram bom desempenho, a exemplo da análise crítica da administração, sistemática de avaliação dos professores e dos alunos, pedidos de cursos, auditorias internas, área de compras e ações corretivas e preventivas", destacou Ana Carolina. O resultado da auditoria, feita nos dias 12 e 13 de setembro, foi enviado para o Departamento Técnico da ABS, em São Paulo, onde será emitido o certificado.

A certificação é o resultado dos ganhos obtidos com o Programa de Gestão para Qualidade Total, que foi implantado por iniciativa do primeiro-secretário, deputado João Negromonte (PMDB), e que teve pleno apoio do presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL), e de toda a Mesa Diretora. O trabalho de implantação do programa conta com a consultoria da Universidade de Pernambuco (UPE), representada pela professora Fátima Resende e pela consultora Regina Cerqueira.

FERNANDO FERREIRA



A auditora Ana Carolina (microfone) anunciou o atendimento dos 19 requisitos

"A ISO obtida pela Escola do Legislativo, em tão pouco tempo, é uma prova do envolvimento dos servidores na proposta de melhorar, permanentemente, a prestação de serviços da Assembléia, na perspectiva de se aproximar ainda mais dos anseios da sociedade", destacou Negromonte. Para Romário Dias, a certificação demonstra que o Programa de Qualidade veio para mudar a realidade do atendimento prestado a todos os que procuram a Alepe. "Além de confirmar nossa intenção de continuar buscando a ISO, a qualificação da Escola é um fator importante, por ser instrumento multiplicador dos conhecimentos e peça fundamental do treinamento e da reciclagem do funcionalismo", afirmou o presidente.

O idealizador da Escola do Legislativo e presidente da Comissão de Educação e Cultura, deputado Gilberto Marques Paulo (PSDB), elogiou o trabalho coletivo. "O mais interessante é que não se trata de um mero certificado, mas da implantação de um processo de desenvolvimento de ações para dar qualidade ao serviço público", afirmou, satisfeito com o progresso obtido pela Escola, cujo Núcleo da Qualidade é composto pelas servidoras da Casa Margaret Guerra, Fabíola Tiné Brasileiro, Adriana de Pádua e Cláudia Melo.

De acordo com a auditora da ABS, a política da qualidade definida pela Alepe já contempla a melhoria contínua dos serviços, o que atende, antecipadamente, ao requisito da atualização da certificação ISO 9002/1994 para ISO 9001/2000. O setor administrativo da Alepe dará início, em novembro, aos treinamentos do pessoal certificado para a migração para as normas de ISO 9001/2000. O título tem validade de três anos, sendo necessária a atualização, até o final do próximo ano, para aquelas instituições que se regeram pelos procedimentos de 1994. A cada seis meses, ocorre uma auditoria de manutenção externa.

Setores passarão por auditoria de manutenção

Os três setores da Alepe que já têm a Certificação ISO 9002/1994 (Departamentos de Assistência Administrativa, de Patrimônio e a Diretoria Geral, que incluem oito divisões, quatro seções e a Comissão Permanente de Licitação), preparam-se para a primeira auditoria externa de manutenção do título, prevista para ocorrer nos dias 22 e 23 de outubro. Após essa primeira etapa de reafirmação da melhoria da qualidade dos seus serviços, a área administrativa partirá para a fase de atualização das normas da ISO, passando dos procedimentos de 9002/1994 para 9001/2000.

Várias ações de realimentação do sistema da qualidade estão sendo desenvolvidas pelos servidores supervisionados pelo Núcleo da Qualidade, formado pela representante da administração, Sandra Resende, pelo gerente, João de Sousa Barros, e pela analista de documentação, Cynthia Barreto. "Fizemos visitas em todas as salas, estamos recebendo solicitações de ajustes, encontrando possíveis não-conformidades ou oportunidades de melhorias, sempre buscando o aperfeiçoamento e visando atender às exigências da auditoria", ressaltou Sandra Resende.

De acordo com João Barros, após concluírem o curso sobre a norma certificadora atualizada e o treinamento para auditoria, a área administrativa estará em condições de realizar a migração para a ISO 9001/2000, em abril do próximo ano, quando estará completando um ano de certificação.

MOISÉS BARBOSA



Os servidores da Assembléia estão sendo treinados através de cursos

RECONHECIMENTO

Uma noite de festa para os Expoentes

A entrega do título Expoentes de Pernambuco, ocorrida no último dia 25 de setembro, foi uma festa inesquecível. Diante de um Plenário repleto e galerias lotadas, 14 dos 16 Expoentes receberam a homenagem do Poder Legislativo Estadual das mãos do presidente da Casa, deputado Romário Dias (PFL). O deputado Antônio Moraes (PSDB) representou a avó, Anita Moraes, que foi a primeira mulher a assumir o cargo de prefeita no Estado, no município de Macaparana. Pedro Jorge Valença representou o padre Adelmar da Mota Valença, falecido recentemente.

Várias autoridades participaram da cerimônia. O vice-presidente da República, Marco Maciel, foi representado por sua esposa, Ana Maria Maciel, e o governador do Estado, Jarbas Vasconcelos, pelo secretário de Governo, Dorany Sampaio. Em seu discurso, Romário Dias parabenizou a iniciativa da Mesa Diretora e de todos os 49 deputados em homenagear nomes que se destacam em diversas áreas, trabalhando pelo desenvolvimento de Pernambuco. "Um povo só preserva sua memória à medida que reconhece seus maiores ícones", declarou.

Depois da entrega dos títulos, foi exibido o vídeo Expoentes de Pernambuco, com depoimentos dos agraciados. O momento mais emocionante foi protagonizado pela atriz Geninha da Rosa Borges, que interpretou um poema de Cecília Meireles. Ao final, o coral do Colégio Santa Maria cantou a Ave Maria e o Hino de Pernambuco.

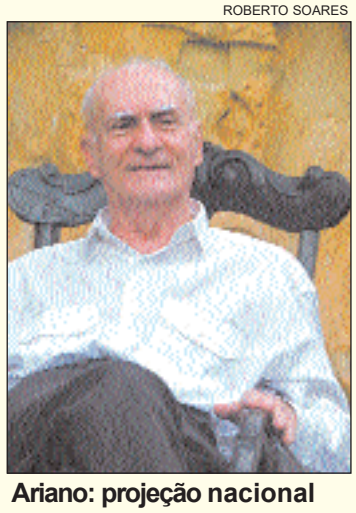
FERNANDO FERREIRA



O político Cid Sampaio foi um dos agraciados com a placa comemorativa

Perfis dos homenageados

ROBERTO SOARES



Ariano: projeção nacional

Adelmar Valença - Foi diretor do Colégio Diocesano, em Garanhuns, dedicando-se durante 60 anos à instituição. Faleceu em agosto, aos 94 anos, recebendo homenagem póstuma.

Amaury de Medeiros - Médico, escritor, membro concursado do Board Americano de Urologia e fundador do Centro Médico Ilha do Leite.

Anita Moraes - Foi a primeira prefeita da história pernambucana e uma das pioneiras no Brasil. Cumpriu cinco mandatos consecutivos na Câmara Municipal de Macaparana, de 1945 a 1965.

Ariano Suassuna - Escritor de projeção nacional, autor de peças antológicas e criador do Movimento Armorial, recentemente recebeu na Bahia o primeiro Prêmio Nacional Jorge Amado de Literatura e Arte.

Cid Sampaio - Ex-governador, ex-senador, ex-deputado federal, presidiu a Comissão de Finanças da Câmara Federal e a Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Egídio Ferreira Lima - Magistrado, professor, político, advogado, ex-deputado estadual e federal.

ROBERTO SOARES



Ferreira: Doutor em Direito

MOISÉS BARBOSA



Esther Souto: trabalho social

Esther Souto - Coordena o grupo de voluntárias do Hospital do Câncer, do qual foi fundadora. Aos 85 anos, ela comemora 56 de trabalho social.

Francisco Brennand- Criador do Museu/Oficina Francisco Brennand. Já expôs na Inglaterra, Alemanha, Portugal, Bélgica, Itália, entre outros. Recebeu a Comenda Oficial das Artes e das Letras, em Paris, e a Ordem Cultural Gabriela Mistral, no Chile.

Geninha da Rosa Borges - Fundadora do Teatro de Amadores de Pernambuco. É licenciada em Letras Anglo-Germânicas e em Pedagogia, com pós-graduação em Teleducação nos Estados Unidos e Japão.

José do Rêgo Maciel - Foi secretário da Fazenda, prefeito do Recife, procurador do Estado e deputado federal.

Luiz Pinto Ferreira- Doutor Honoris Causa pela Universidade de Coimbra, tem 235 livros e monografias publicados em português, espanhol, francês, russo, alemão e italiano.

Manoel Correia de Andrade- Bacharel em Direito, doutor em Economia, escritor,professor, pesquisador e geógrafo.

FERNANDO FERREIRA



Pelópidas: ícone político

Maria das Dores Muniz- Fundadora do Colégio Santa Maria, há 46 anos. Membro da Academia Brasileira e Internacional da Educação, recebeu também o Prêmio Mulher 2001, além da Medalha do Sesquicentenário de Joaquim Nabuco.

Margarida de Moura Cavalcanti -Viúva do ex-governador Moura Cavalcanti, foi ela quem idealizou a Feira dos Municípios e criou o Baile das Debutantes, além de outros eventos para captar recursos destinados à manutenção de creches.

Pelópidas Silveira - Ex-prefeito recifense por duas vezes e vice-governador do Estado. Foi cassado em 1964 e teve os direitos políticos suspensos.

Ulisses Pinto - Jornalista com mais de 50 anos de atuação. Nasceu em Garanhuns, onde recebeu a Medalha do Mérito na Categoria Ouro. Fundador da Associação Brasileira de Jornais do Interior.